

A FÁBRICA, O BAIRRO E O PROTESTO POLÍTICO: A FÁBRICA OCUPADA E A VILA OPERÁRIA E POPULAR¹

Paulo Roberto de Andrade Castro

Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: pauloandradecastro@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre a fábrica e a localidade através da organização de ações coletivas através de observação participante e entrevistas com operários da Flaskô e moradores da “Vila operária popular” no município de Sumaré. Em 2003, os operários da Flaskô decidiram ocupar a fábrica e assumir o controle da produção. Em 2005 organizaram a construção de um bairro, a “Vila Operária e Popular”. O conselho de fábrica passou a reivindicar ao município a regularização deste. Em 2010, o conselho lançou a campanha pela Declaração de Interesse Social de toda a área. A pesquisa demonstra que o surgimento da Vila Operária ressignificou a ocupação da fábrica através da elaboração de uma nova ‘estratégia argumentativa’.

ABSTRACT

This paper demonstrate the relationship between the factory and the neighborhood by organizing collective actions through participant observation and interviews with workers of Flaksô and resident of the “Vila Operária e Popular” in the city of Sumaré. In 2003, the workers of Flaskô decided to occupy the factory and take control of production. In 2005, the workers have organized the construction of a neighborhood, the “Vila Operária e Popular”. Since then, the factory council, went on to claim the Sumaré prefecture the regularization of this neighborhood. In 2010 the factory council launched the campaign Declaration by Social Interest of the entire factory area. The data indicate that the emergence of Vila Operária influenced the rise of new meanings to the factory occupation by developing a new ‘argumentative strategy’.

¹Uma primeira versão deste trabalho foi apresentado na 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 02 e 05 de julho de 2012, em São Paulo, SP, Brasil. Agradeço os comentários do Professor José Sérgio Leite Lopes (PPGAS – UFRJ) e Marta Regina Cioccarri (PPGAS – UFRJ).

INTRODUÇÃO:

Os processos de reestruturação produtiva, abertura comercial e flexibilização do mercado de trabalho que se intensificaram na década de 90 em toda a América Latina, produziram a quebra de inúmeras empresas de capital nacional que não conseguiram racionalizar os processos produtivos e se adequar aos novos padrões de competitividade.

As políticas privatizantes inerentes à concepção de estado mínimo, a desindustrialização e o desemprego causados pela abertura comercial, entre outros efeitos das políticas neoliberais, tiveram por conseqüência uma redução acentuada do nível de vida de grandes contingentes populacionais nos países do continente. Esse processo se caracteriza por “enormes índices de miserabilidade social, pelo aumento da riqueza, pela hegemonia do capital financeiro e pela expansão da propriedade da terra” (Antunes, 2011).

A partir da década de 90, em vários países da América do Sul se evidencia o surgimento de novas formas de resistência frente aos efeitos da reestruturação produtiva e da acumulação flexível (Harvey, 1992). Nesse contexto, entre as diversas formas de resistência popular verificáveis, ocorreram inúmeros casos de ocupações de fábrica em vários países da região. Este fenômeno continuou se desenvolvendo durante a primeira década do presente século, como veremos adiante.

A ocupação de fábricas em situação falimentar, com o propósito de retomada

das atividades produtivas sobre controle operário, constituiu-se em um fenômeno extensivo a diversos países da América do Sul, ganhando maior escopo na Argentina, na Venezuela e no Brasil. A luta das fábricas recuperadas nesses países exemplificou o surgimento de movimentos sociais e formas de protesto derivadas das profundas transformações vivenciadas no mundo do trabalho. Assim, na Argentina após a crise econômica de 2001, surge o Movimento Nacional de Empresas Recuperadas (MNER), na Venezuela surge a Frente de Trabalhadores em empresas Co – geridas (FRETECO) em 2002 e no Brasil surge o Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO), também em 2002.

O presente artigo se dedica a análise de um caso de recuperação de fábrica sob um determinado ângulo: A influência da ‘realidade urbana’ (Lefebvre, 2008) sobre o ‘processo político’ da ocupação da fábrica, observando como a realidade urbana afetou a ocupação da fábrica, provocando alterações nos significados mobilizados pelos operários na luta política pela manutenção do funcionamento da fábrica e como esse processo promoveu alterações na própria organização física e nas funcionalidades da fábrica.

A partir de dados levantados entre os anos de 2008 e 2012¹, através de

¹O trabalho de campo faz parte da pesquisa realizada para a escrita da tese de doutorado, defendida no ano de 2012 no Programa de Pós – Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (PPGSA). A referida Tese se intitula: “Usina de Conflitos: A Mobilização, o Cotidiano e os repertórios Críticos dos operários de uma fábrica ocupada”.

trabalho de campo, com a utilização do método de observação participante, etnografia, entrevistas abertas e de pesquisa historiográfica, analiso o processo de formação de um bairro popular no interior da fábrica ocupada e como esse processo influenciou para a ocorrência de transformações no repertório de ações coletivas e no conteúdo das campanhas políticas desenvolvidas pelos operários, com o objetivo de garantir a reprodução das atividades fabris.

O caso estudado, da fábrica Flaskô, ocupada no ano de 2003, exemplifica um dos numerosos casos em que frente a eminente falência da empresa e a perspectiva do desemprego, os trabalhadores resolveram assumir o controle da empresa e gerir a produção. A partir deste ato inaugural, a ocupação da fábrica, desenvolvem uma luta política para a manutenção de seu funcionamento. Nesse curso, se chocam com os antigos proprietários, com a justiça, e desenvolvem a resistência através de um confronto político (Tarrow, 2009), mobilizando uma estratégia argumentativa para justificar a sua luta. Apresentando como argumento mais forte a defesa do direito ao trabalho. Trata-se tipicamente de uma luta operária, determinada por conflitos localizados na esfera da produção fabril.

Ao longo dos 13 anos da ocupação da fábrica, eventos significativos, explicitaram a influência da ‘realidade’ urbana de Sumaré sobre a fábrica.

A fábrica está localizada na periferia de Sumaré, onde vivem diversos trabalhadores migrantes do sul e do nordeste do país. A pobreza urbana da cidade se caracteriza entre outros aspectos pelo alto déficit de moradias, efeito visível da ‘acumulação por despossessão’ (Harvey, 2013).

No ano de 2005, dois anos após o início da gestão operária, um grupo de pessoas carentes de moradia tentou invadir uma área ociosa do terreno da fábrica para construir moradias. O conselho de fábrica entrou em acordo com esse grupo de invasores e procurou transformar o significado desse conflito urbano, propondo a cooperação entre o grupo de invasores e operários. Organizou a construção de um bairro, a Vila Operária e Popular, no interior do território da fábrica. A partir de então, além de lutar pela manutenção dos postos de trabalho, passou a lutar pela regularização desse bairro popular.

É importante notar que o conselho de fábrica disponibilizou meios materiais para a terraplanagem do terreno, o trabalho de um arquiteto para o planejamento urbanístico do bairro e a organização dos moradores para demarcação e distribuição dos lotes. Além disso, organizou os moradores em um movimento de luta por moradia, para reivindicar ao poder público municipal os bens de consumo coletivo necessários para a população assentada.

Com a construção da Vila Operária e Popular é possível observar a altera-

ção física do território da fábrica e de suas funcionalidades. A partir desse momento, além das atividades produtivas dos 120 operários da fábrica, o território da fábrica passa a servir a outros usos, como a moradia de trabalhadores pobres da cidade de Sumaré.

Marca também o momento em que se inicia o engajamento, de forma organizada, dos operários da Flaskô, em movimentos reivindicatórios referentes às questões urbanas.

É importante notar que a fábrica e a Vila Operária e Popular se encontram no mesmo terreno. O conselho de fábrica argumenta que em caso de fechamento da fábrica seria questão de tempo a expulsão dos moradores da Vila Operária, população de 4000 pessoas segundo estimativa da presidente da associação de moradores local².

No ano de 2009 surgiu no interior da Flaskô a “Fábrica de Esportes” através de uma parceria do conselho de fábrica com a associação Dib de esportes. A associação funciona na fábrica em espaço cedido pelo conselho de fábrica desde 2006. Jovens que residem nas proximidades da fábrica participam de atividades esportivas gratuitamente. No ano de 2009 o conselho de fábrica cedeu um galpão que se encontrava em condições bastante precárias para a associação realizar suas atividades. Alunos e seus familiares com o apoio do conse-

lho de fábrica se organizaram para a reforma do galpão. Conseguiram doações de materiais no comércio local, fizeram mutirão e realizaram a reforma. O galpão totalmente reformado serve para a prática de diversos esportes como Judô, Jiu Jitsu, Taekwendo, capoeira, futebol de salão, etc. Hoje cerca de 400 crianças da periferia de Sumaré participam de atividades esportivas e culturais no interior da Flaskô.

O surgimento da Fábrica de Esportes e Cultura no ano de 2010 também exemplifica um longo processo através do qual a relação dos operários e do conselho de fábrica com a população do entorno, produtores culturais e outros atores, inicialmente “externos” à fábrica, produziram modificações no território e nos usos sociais das instalações da fábrica.

Aqui é importante observar o processo através do qual ocorre a ‘territorialização’ da luta política do conselho de fábrica. A forma como a “proble-mática urbana” da periferia de Sumaré se ‘projetou’ para dentro do território da fábrica, através da tentativa de ocupação de parte do território da fábrica para a construção de moradias, ou a carência da população jovem no que tange à possibilidade de prática de esportes e atividades culturais, devido à falta de equipamentos públicos para estes fins.

Através das dinâmicas da vida cotidiana no meio ecológico no qual a fábrica está espacialmente situada, os operários e o conselho de fábrica refle-

²Informação obtida em entrevista com a presidente da associação de moradores da Vila Operária no ano de 2011.

xivamente acolheram no interior da fábrica, problemas referentes às carências materiais e subjetivas da população da periferia da cidade de Sumaré.

Como veremos na próxima seção deste artigo, a Flaskô participou do Movimento das Fábricas Ocupadas (MFO) entre os anos de 2003 e 2007. Conjuntamente com outras fábricas ocupadas que integravam este movimento, apresentava e continua apresentando ao governo federal a reivindicação de estatização das fábricas ocupadas, principal desafio coletivo do MFO.

As transformações descritas acima, causaram a territorialização da luta política da fábrica. A relação com a problemática urbana de Sumaré, levou o conselho de fábrica da Flaskô a desenvolver uma “prática urbana”. Falo em “prática urbana” tendo em mente que: “A racionalidade urbana (em formação) supera a racionalidade industrial” (Lefebvre, 2008, pp.73) Segundo Lefebvre a estratégia urbana consiste em “arrancar a prática social à prática industrial para orientá-la em direção à prática urbana”. (Lefebvre, 2008, pp.76).

Verifica-se um entrecruzamento entre o tema do direito ao trabalho e o direito à cidade. As transformações vivenciadas pela fábrica, com a construção da Vila Operária e da Fábrica de Esportes e Cultura fazem com que a reprodução do funcionamento da fábrica deixasse de ser um problema atinente somente aos operários e passasse a dizer respeito

a todos os moradores da Vila Operária e envolvidos com a produção e participação na Fábrica de Esporte e Cultura.

Com a participação dos operários e do conselho de fábrica nos conflitos urbanos a luta operária passa a ser englobada pela “prática urbana”.

Nesse sentido, nos interessa refletir sobre a “inversão radical” apontada por Lefebvre:

A revolução urbana consiste numa inversão radical da relação entre o urbano e a produção industrial. Do mesmo modo que o espaço agrário, dominante por muito tempo, foi subordinado pela indústria, essa nova inversão significaria uma subordinação da indústria à realidade urbana. (Lefebvre, 2008, pp. 87) Essa inversão também significa o predomínio do uso e dos meios sobre a troca.

Com a campanha pela declaração de interesse social de toda a área a partir de 2010, o conselho de fábrica incorporou essas transformações em sua estratégia argumentativa.

No presente trabalho procuramos refletir especificamente sobre a relação entre a fábrica e a Vila Operária e Popular e sobre como o surgimento desse bairro no território da fábrica influenciou

para as transformações na estratégia argumentativa e no repertório contencioso utilizado pelo conselho de fábrica. A partir dos dados coligidos, apresentamos alguns aspectos da memória coletiva dos operários sobre o surgimento e desenvolvimento do bairro e o envolvimento do conselho de fábrica com as lutas pela regularização do bairro

Para realizar o trabalho de campo permaneci alojado cerca de 60 dias no interior da fábrica, durante os anos de 2008 e 2012. Existe no interior da fábrica uma grande casa onde residem operários que não possuem moradia na cidade de Sumaré. Além do grupo de operários que residem na casa da fábrica ela também é utilizada para alojar visitantes que participam de atividades políticas e culturais que ocorrem na Flaskô. Permaneci alojado nessa casa convivendo com o grupo de cinco operários que lá residem.

REPERTÓRIOS CONTENCIOSOS E ‘DESAFIOS COLETIVOS’:

Como já dissemos, entre os anos de 2003 e 2007 os operários da Flaskô participaram da campanha pela estatização das fábricas ocupadas, organizada pelo MFO. O MFO surgiu no ano de 2002 com a ocupação da Cipla, tradicional indústria plástica brasileira, sediada na cidade de Joinville, empresa líder da Holding CHB. Em 2003, ainda no primeiro ano da ocupação da Cipla, o conselho de fábrica ao mesmo tempo

em que buscava reorganizar a produção e colocar salários em dia, mobilizou trabalhadores da Cipla, alguns militantes do PT e de outros movimentos sociais para atuarem em uma série de ocupações. Atuaram na greve e na ocupação da JB da Costa em Recife, na Braspérola de Pernambuco, na Esquadrimetal de Pernambuco, na Flaskô de Sumaré, na Flakepet de Itapevi e na Parmalat de Garanhuns. (Goulart, 2003). No final de 2003, além da Cipla e da Interfibra, a Flaskô e a Flakepet funcionavam sob controle operário e também reivindicavam do governo federal a estatização. Com essas novas ocupações surge o MFO com o slogan “Fábrica quebrada é fábrica ocupada. Fábrica ocupada deve ser estatizada”. Em sua propaganda divulgavam que “uma fábrica fechada é um cemitério de postos de trabalho”.

A bandeira da estatização das fábricas constituía o principal desafio coletivo, lançado pelo MFO. Com o lema “Ocupar produzir e Resistir”, os operários procuravam legitimar a sua luta a partir de princípios referentes ao direito ao trabalho, ao trabalho protegido e pela dignidade humana. Durante o período compreendido entre 2002 e 2007, o MFO realizou anualmente marchas e caravanas à Brasília para reivindicar a estatização das fábricas ao governo federal.

A bandeira da estatização também era justificada através da denúncia dos antigos proprietários das fábricas, que as levaram à falência por “má administração” e por

“má – fé”. Além da denúncia dos antigos proprietários, o MFO afirmava que a estatização seria a única forma do estado reaver os valores referentes aos tributos que foram sonogados. O Estado seria co-responsável pela situação de endividamento ao qual as fábricas chegaram, por não ter fiscalizado adequadamente e permitido a sonegação tributária.

Assim, afirmavam que o Estado devia estatizar as fábricas e assegurar o direito ao trabalho de seus operários.

A ocupação da Cipla foi encerrada no ano de 2007, quando a justiça Federal em Santa Catarina julgou favoravelmente o pleito ajuizado pelo Ministério da Previdência Social, para cobrar dívidas tributárias produzidas durante a gestão patronal. A justiça destituiu o conselho de fábrica e deferiu o pedido de uma intervenção federal na fábrica, que passou a ser dirigida por um interventor nomeado pelo Ministério da Previdência.

Após a intervenção federal na Cipla e na Interfibra, a Flaskô se tornou a “última fábrica ocupada no Brasil”. A partir desse momento não podia mais contar com a solidariedade e o apoio de outras fábricas ocupadas pelo MFO. Além disso, com a intervenção nas fábricas citadas, perdeu força a campanha pela estatização e não mais ocorreram as marchas à Brasília organizadas pelo MFO.

O Conselho de fábrica da Flaskô ao longo desses 13 anos de ocupação da fábrica, mobilizou o repertório contencioso que lhe foi transmitido pelo con-

selho de fábrica da Cipla. Realizou, por exemplo, inúmeras manifestações políticas contra os leilões de máquinas, que ocorrem frequentemente em decorrência do ajuizamento de dívidas contraídas durante a gestão patronal, entre outras formas de resistência.

O principal desafio coletivo do MFO, a campanha pela estatização, animou os trabalhadores da Flaskô, que participaram de diversas marchas à Brasília, organizadas pelo MFO.

O conflito originado no mundo do trabalho, na esfera da produção de mercadorias, com a ameaça de desemprego pela falência da empresa, foi o que possibilitou o ato da ocupação da fábrica. A estratégia argumentativa da reivindicação do direito ao trabalho, sintetizada nos slogans do MFO e na centralidade dada a reivindicação da estatização das fábricas, constituiu o quadro cognitivo compartilhado que possibilitava a constituição de uma identidade coletiva e animava a resistência dos operários da fábrica.

Conforme demonstramos na seção anterior, a localização geográfica da fábrica e a reflexividade e também a ‘agência’ dos operários e do conselho de fábrica diante da problemática urbana de Sumaré, levaram o conselho de fábrica a desenvolver uma “prática urbana”.

A partir de 2010 a luta pela Declaração de Interesse Social de toda a área da fábrica, dirigida a prefeitura de Sumaré, significou a constituição de um novo desafio coletivo, capaz de

manter vivo o ânimo dos operários. É importante notar que após sete anos de luta pela estatização, eram mínimas as esperanças de que o governo federal atendesse essa reivindicação.

A nossa hipótese é a de que a importância que ganhou a luta no âmbito municipal, a abertura dessa nova escala geopolítica de desenvolvimento da resistência animada pelo conselho de fábrica, são fatores que revelam que, de forma impremeditada pelos operários e pelo conselho de fábrica, a luta operária, inicialmente adstrita à um conflito originado na esfera da produção, foi englobada em uma “prática urbana”. Tal processo nos faz lembrar o conceito de “autogestão generalizada” tal como pensado por Henry Lefebvre. A autogestão urbana vincula-se a gestão da produção, mas a ultrapassa.

A VILA OPERÁRIA E POPULAR

Nesta seção do artigo apresentamos a análise dos dados sobre a relação da Vila Operária e Popular com a fábrica, levantados durante o trabalho de campo. Descrevemos o surgimento e desenvolvimento de um bairro popular no interior da fábrica ocupada. Existe dentro da área da fábrica, desde 2005, um bairro, habitado por cerca de 4.000 pessoas³, segundo relato da atual presidente da as-

sociação de moradores da Vila Operária. Esse bairro se localiza em área contígua ao parque produtivo, onde os operários produzem as bombonas e outras mercadorias comercializadas pela Flaskô.

A fábrica está instalada em um terreno de 140.000 metros quadrados. Até o ano de 2005 existiam 40.000 metros quadrados de área construída, composta por três grandes galpões, nos quais funcionaram no passado, as diversas linhas de produção, que estavam ativas antes da decadência da fábrica na década de 90. Atualmente a produção das embalagens plásticas da fábrica a partir de suas três máquinas sopradoras e três máquinas injetoras, está concentrada em um galpão principal. Um grande galpão se encontra alugado para uma empresa que produz peças acessórias (chicotes) para fábricas de fogões e o terceiro galpão que se encontrava totalmente abandonado quando visitei a fábrica pela primeira vez em 2008, é utilizado como sede pela Fábrica de Esportes e Cultura, desde 2009. Além desses galpões existe ainda um prédio de dois pavimentos onde funciona o setor administrativo, a “casa da fábrica” onde se alojam alguns operários e o antigo refeitório.

Existia até 2005 uma área de 100.000 metros quadrados no entorno desta área construída, totalmente coberta por árvores (eucaliptos) e que não era utilizada. Esta é a que foi ocupada em 2005 por um grupo de invasores. Após um conflito inicial entre o conselho de

³Segundo a presidente da associação de moradores da Vila Operária, a associação possui um cadastro atualizado que contém informações sobre os posseiros dos lotes e as demais pessoas que residem em cada domicílio.

fábrica e este grupo, os operários resolveram “ceder a área para a construção de um bairro popular”. Este conflito, o surgimento e desenvolvimento do bairro e a evolução da relação da fábrica com esta localidade serão tratados no decurso do presente trabalho.

A Vila Operária teve origem através de uma ocupação para moradia no ano de 2005. Em 2011 a fábrica completou oito anos sobre controle operário e a Vila Operária seis anos de existência. Esse fato sugere a importância de analisar o surgimento e o desenvolvimento da Vila Operária para a compreensão da experiência da ocupação da Flaskô.

Com a ocupação da Vila Operária, a fábrica se engaja na luta por moradia. Inicia-se um processo em que além da crítica relacionada à queixa sobre a precariedade da situação vivida pelos operários, que sofrem a ameaça de perder seus empregos caso as atividades da fábrica sejam encerradas, o conselho de fábrica encontra outras ‘fontes de indignação’ (Boltanski, 2009)⁴ que se somam

⁴Utilizo os termos ‘crítica’ e ‘fontes de indignação’ conforme o sentido conferido para esses termos por Luc Boltanski Ève Chiapello no livro “O novo espírito do Capitalismo”: “A formulação de uma crítica supõe, preliminarmente uma experiência desagradável que suscite a queixa, quer ela seja vivenciada pessoalmente pelo crítico, quer este se comova com a sorte de outrem (Chiapello, 1998). A isso damos aqui o nome de fonte de indignação. Sem esse primeiro impulso emotivo, quase sentimental, nenhuma crítica consegue alçar vôo. Em contrapartida, há grande distância entre o espetáculo do sofrimento e a crítica articulada; o crítico precisa de um respaldo teórico e de uma estratégia argumentativa para dar voz ao sofrimento individual e traduzi-lo em termos que façam referência ao bem comum (Boltanski, 1990;1993). (Boltanski, 2009)”.

na sustentação de sua luta política.

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o surgimento da Vila Operária, o seu desenvolvimento, a interação entre moradores da Vila e operários da Flaskô. As interações face a face e também a relação mais abrangente entre a fábrica e a localidade através da organização de ações coletivas. Interessa observar como o surgimento da Vila Operária e o envolvimento de líderes e demais operários da Flaskô na luta pela regularização desta localidade, possibilitaram o surgimento de novos significados para a ocupação da fábrica através da elaboração de uma nova ‘estratégia argumentativa.’ (Boltanski, 2009). Procura-se compreender como os aspectos constitutivos do meio urbano de Sumaré influíram o cotidiano, a organização e a história da ocupação da fábrica. Através do estudo do surgimento de um bairro popular no território da fábrica, buscamos compreender a mediação exercida pela “cidade” sobre a fábrica e em contrapartida algumas formas de engajamento dos trabalhadores na “produção social do espaço urbano” (Gottdiener, 1997). Também pretendemos verificar como a resposta criativa dos operários para situações contingentes teve como resultado a elaboração de um novo repertório de ações coletivas (Tarrow, 2009) (Tilly, 1995).

O processo de ocupação da Vila Operária desde sua origem constitui o primeiro acontecimento que favore-

ceu uma alteração na forma pela qual a fábrica faz reivindicações ao Estado. Esta mudança se torna legível através da observação de que a partir do ano de 2010, a ocupação da Flaskô passa a reivindicar a prefeitura de Sumaré a decretação de Interesse Social de toda a área da fábrica. O conselho de fábrica continua reivindicando ao governo federal a estatização sob controle operário, mas a principal reivindicação passa a ser a Declaração de Interesse Social dirigida à prefeitura. Durante todo o ano de 2010 e o de 2011 a Campanha pela Declaração de Interesse Social se torna a principal luta desenvolvida. A busca de uma solução que afastasse definitivamente o risco de encerramento das atividades fabris passa agora pela responsabilização do poder público municipal. A partir desse período se torna explícito o intuito do conselho de fábrica de representar não apenas os operários, mas uma comunidade de interesses maior, integrando moradores do bairro e usuários das atividades esportivas e culturais da fábrica.

Observa-se que no curso da história da ocupação da fábrica, os operários desenvolveram em seu interior outras funcionalidades e usos para além da produção de mercadorias. No amplo terreno da fábrica, áreas e instalações foram destinadas ao uso não mercantil: moradia, esporte e cultura. Os fatos coligidos sugerem que isso se deve a diversos fatores entre os quais

se poderia destacar: A) A influência do meio urbano através da interação entre operários e indivíduos do meio ecológico que envolve a fábrica e a resposta dos operários (repertório de práticas) a estas influências. B) A alta instabilidade do controle operário da fábrica, fato que influi para que os operários busquem se aliar a outros atores sociais do meio urbano de Sumaré, procurando apoio para a manutenção do controle operário e do funcionamento da fábrica.

O déficit habitacional de Sumaré e de toda Região metropolitana de Campinas constitui, provavelmente o aspecto da ‘problemática urbana’ que maior impacto causou sobre a ocupação da fábrica. Isso se deve a existência de uma população carente de moradias na região onde a fábrica está localizada e no fato de que este problema também afeta a vida de alguns operários e de parentes de operários⁵.

Este fato se exemplifica com o surgimento da Vila Operária. Um grupo externo a fábrica organizou-se com o objetivo de ocupar uma área do terreno da fábrica para construção de moradias.

⁵ Levantamento realizado no ano de 2005 pela Secretaria de Habitação do município de Sumaré indica que 5183 pessoas residiam em favelas, cerca de 10 % da população do município. No Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) de 2010, a Secretária municipal de habitação estima em 6204 moradias a soma do déficit quantitativo e qualitativo de moradia, segundo os critérios da Fundação João Pinheiro. Além disso, afirma a existência de 7282 habitações em estado de Inadequação habitacional, devido à carência de infra-estrutura.

Os informantes relatam que a área que viria a ser ocupada não servia a nenhuma atividade produtiva.

Durante o trabalho de campo, em diversos momentos, obtive a informação de que esta enorme área vazia era usada pelo banditismo local, para “desova de cadáveres”. Informação que aparece em quase todos os relatos sobre o período inicial da ocupação da área.

A narrativa sobre a violência muitas vezes é acompanhada pela afirmação de que a ocupação “aconteceria de qualquer jeito”. É possível supor que este dado seja expressivo da construção de uma memória coletiva que confere positividade para a ocupação da área, baseada na compreensão de que é melhor que ela tenha sido ocupada, porque era utilizada por criminosos e isto produzia insegurança para os próprios operários.

A manutenção de área de aproximadamente cem mil metros quadrados, coberta de árvores, em uma região que possui atuação forte de redes sociais vinculadas a práticas do crime comum violento se constituía em um problema para os operários. Além disso, os relatos apontam que a área desocupada despertava diversos interesses. Os informantes operários relatam que algumas pessoas que “não precisavam da casa” estavam interessadas em organizar uma ocupação para moradia nesta área e obter ganhos com a comercialização ilegal de terrenos posteriormente. Alguns entre estes possuíam relações com o banditismo local.

Este aspecto é sugerido em muitos relatos. Além deste grupo minoritário existia uma maioria de “pessoas que realmente precisavam de moradia” e que se organizaram com os primeiros com o objetivo de ocupar a área ociosa da fábrica. Essa é a representação compartilhada por operários e membros do conselho de fábrica sobre a composição do grupo que veio a invadir a área ociosa da fábrica.

Os relatos dos dirigentes sugerem que inicialmente, o conselho de fábrica ficou “confuso” diante deste movimento. Não se tratava de um movimento social organizado como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), mas de um grupo heterogêneo. Um membro do conselho de fábrica afirma que o agrupamento se caracterizava pela “sua forma espontânea de organização e desvinculação a qualquer organização política, ou relação com outros movimentos”.

Alguns militantes afirmam que em certo momento o conselho de fábrica percebeu que não era possível resistir a este movimento de ocupação. Apesar da expulsão dos ocupantes após a primeira invasão, o conselho de fábrica tomou conhecimento de que se preparava uma nova invasão.

Diante desta situação desenvolveu-se a compreensão de que os operários deveriam procurar dialogar com os integrantes desse ‘movimento’ de ocupação para moradia, com o objetivo de organizar conjuntamente com eles a

ocupação. Os operários resolveram não mais confrontar o grupo de invasores e cederam o terreno para construção de um bairro. Após esta decisão buscaram se associar aos invasores com o propósito de transformar o movimento “espontâneo” de ocupação em um “movimento estruturado”. Para isso, defendiam que o “movimento deveria ir além do interesse imediato pela habitação e se colocar o objetivo de construir um bairro dotado de infra-estrutura e provido de serviços como saúde e educação”.

O PROJETO DE URBANIZAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM BAIRRO POPULAR: A Vila Operária

Após a discussão entre lideranças do grupo invasor e o conselho de fábrica, as duas partes chegaram ao acordo de que a ocupação seria “organizada”, construída “racionalmente”, com métodos que permitissem a construção de um bairro popular e impedissem a favelização da área. O projeto de urbanização norteava a construção de um bairro popular com lotes que seriam distribuídos entre os invasores e os operários da Flaskô, que também seriam contemplados.

A partir deste acordo, trabalhadores da Flaskô e membros do grupo invasor lançaram o “Movimento de Moradia do Vale Bandeirantes” e a “luta pela Vila Operária e Popular”.

Nesta época um jovem militante petista que estudava arquitetura na UNESP

de Bauru, Vinícius, havia chegado “para fortalecer a militância política no interior da fábrica”. Vinícius era militante da esquerda marxista⁶ e conhecia Pedro Santinho⁷ “desde a militância no movimento estudantil em Bauru”. A chegada de Vinícius foi considerada oportuna pelos dirigentes do conselho de fábrica em virtude de seus conhecimentos de arquitetura, considerados de extrema utilidade no momento em que estes dirigentes se colocavam a tarefa de construir um bairro popular. Isso era uma novidade para o conselho de fábrica. Afinal, eles sabiam gerir a fábrica, fazer atos políticos, marchas, mas não haviam aprendido a construir um bairro. Vinícius me relatou que considera o aspecto mais importante de sua chegada a contribuição para a solução de um “problema técnico”, “como transformar um negócio cheio de eucalipto em uma Vila, sem ter dinheiro...”. Relatou que o “primeiro passo” foi a elaboração de um pré – projeto para a construção de um bairro popular. A idéia de fazer um projeto de urbanização foi a solução encontrada pela comissão de fá-

⁶Esquerda Marxista é uma corrente política interna do PT. É uma organização Trotskista que se originou de uma divisão da Corrente O Trabalho (antiga LIBELU) no ano de 2005. Os principais dirigentes da Flaskô assim como das outras fábricas ocupadas pelo MFO são militantes dessa organização política.

⁷Pedro Santinho é o coordenador do conselho de fábrica da Flaskô. Foi eleito para este cargo no ano de 2005 e tem sido reeleito até o momento que escrevo este artigo em janeiro de 2015. Em 2003 Pedro Santinho era um jovem estudante universitário da Unicamp, militante da esquerda marxista, que resolveu trabalhar na fábrica para fortalecer o trabalho desta organização política.

brica. A preocupação em organizar o assentamento destes novos moradores refletia o interesse pela qualidade do bairro que se estava construindo, mas também a preocupação sobre a relação entre este bairro e a fábrica. “A coexistência de um bairro encostado na fábrica”.

As diretrizes que nortearam o projeto de urbanização da área de 100.000 metros quadrados, segundo Pedro Santinho e Vinícius, correspondiam ao objetivo de “construir um assentamento sólido”. Segundo me informaram “o projeto de urbanização visava à construção de um bairro, obedecendo às regras dos códigos de postura”. Os 235 lotes iniciais tinham a dimensão de 250 metros quadrados, “o padrão dos códigos de postura”. O projeto da Vila Operária também previa ruas largas, nas quais fosse possível o tráfego de ônibus, espaço reservado para escola, posto de saúde, associação de moradores, praça central, preservação da margem do córrego que atravessa o terreno e preservação de um Jatobá, uma árvore centenária que existia no terreno e foi preservada. Estas preocupações refletiam a visão que a conselho de fábrica tinha sobre o que seria um padrão de urbanização que garantisse qualidade de vida, mas também cumpria o objetivo, de que a forma da urbanização favorecesse a reivindicação de regularização do bairro frente a prefeitura com as reivindicações por infra-estrutura urbana, educação pública, saúde pública, ilumi-

nação, asfalto e saneamento.

Assim, a elaboração e realização do projeto de urbanização constituem os momentos iniciais do engajamento do conselho de fábrica no processo de construção de um bairro popular. A partir de então o conselho de fábrica se empenha em organizar os moradores da Vila Operária para ações coletivas visando à regularização do bairro.

A partir do exposto evidencia-se que o engajamento do conselho de fábrica na construção do bairro já estabelece a abertura de uma nova dimensão política para a sua atuação. A organização de um movimento social urbano.

Como afirmamos anteriormente, a formação do grupo de invasores reflete o déficit habitacional da região. Segundo dados da Secretaria Municipal de Habitação de Sumaré existem cerca de 80 ocupações clandestinas na cidade.

A partir deste momento, o conselho de fábrica passa a atuar na luta por moradia na região. Além da ocupação da Vila Operária a comissão de fábrica fortaleceu a sua aliança com o MTST, ajudando este movimento na organização da ocupação Zumbi do Palmares⁸

⁸A Ocupação Zumbi dos Palmares é a maior ocupação do MTST no Estado de São Paulo. A área da ocupação se estende por trinta mil metros quadrados no bairro Jardim Denadai. Algumas reuniões preparatórias para a ocupação foram realizadas na Flaskó de onde saíram alguns ônibus para a ocupação. Além do apoio da comissão de fábrica, alguns trabalhadores da Flaskó atuaram diretamente na ocupação, montando barracas visando obter lotes para moradia. Durante o trabalho de campo fui levado por trabalhadores da fábrica para realizar observação participante nesta ocupação.

em um bairro próximo a Flaskô. A dinâmica urbana de Sumaré levou o conselho de fábrica a incorporar a questão da moradia ao seu repertório contencioso, sem planejamento prévio.

A AMBIVALÊNCIA DA RELAÇÃO ENTRE A FÁBRICA E O BAIRRO: Alguns elementos conflitivos

Os relatos dos dirigentes do conselho de fábrica indicam que eles se empenharam em traduzir no interior do bairro que estava se formando, métodos deliberativos análogos aos que existem na ocupação da fábrica. Tiveram êxito em fazer valer aspectos de democracia participativa na fase inicial da construção da Vila Operária, o que se exemplifica nos relatos sobre assembléias na fase inicial, cotização para algumas tarefas práticas como a terraplanagem etc. Apesar disso, afirmam que “ao longo prazo, prevaleceu os interesses particulares”. Conseguiram implementar “quase integralmente” o projeto de urbanização, mas não foi possível manter o “controle popular” da ocupação, o que seria a tradução para o bairro do “controle operário” da fábrica.

Os integrantes do conselho de fábrica, socialistas, relatam que tiveram no texto “A questão da Habitação” de Engels uma de suas fontes de inspiração para pensar os problemas que envolviam a construção do bairro. Conversando com estes militantes pude ouvir várias vezes citações e avaliações sobre

a relevância desse texto e a afirmação de que a luta pela moradia é sustentada materialmente pela “perspectiva pequeno – burguesa que valoriza a obtenção da propriedade”. Ouvi destes militantes a avaliação de que o conjunto heterogêneo formado pelos moradores da Vila não permitia que se conformasse entre eles uma “comunhão de interesses” como no caso da ocupação da fábrica.

Apesar disso relatam que lutaram contra as “perspectivas individualistas” no interior da ocupação. Entre as proposições do conselho de fábrica para o encaminhamento da construção do bairro destaca-se: a) defesa de formas democráticas de deliberação coletiva, b) construção coletiva de moradias contra a autoconstrução, c) luta contra a especulação imobiliária e comercialização dos lotes d) esforço para a construção de ações coletivas visando à conquista das reivindicações frente à prefeitura.

Este foi o repertório de propostas de ação apresentado pelos dirigentes da fábrica com o objetivo de unificar a ação dos operários e demais moradores da Vila Operária. Este repertório de ações e de práticas foi confrontado devido a existência de outras formas de orientação da ação e também por outras práticas sociais, baseadas em outros princípios, no interior da ocupação.

Conforme mencionado anteriormente, os relatos informam sobre a presença, desde a fase inicial da ocupação, de indivíduos que desejavam auferir lu-

cros e que percebiam esta possibilidade através da venda de lotes, comercialização de materiais de construção, entre outros expedientes. A presença desses indivíduos influenciou a vida cotidiana no interior da Vila Operária.

Este grupo buscou influenciar a associação de moradores para que esta deliberasse pela obrigatoriedade de cada ocupante construísse a casa de alvenaria, ao fim do prazo de seis meses da entrega do lote. Muitos moradores não tiveram os meios econômicos e se viram coagidos a vender os terrenos. Outros encontraram a saída de vender metade do lote. O objetivo era obter com a venda de metade do lote, o dinheiro necessário para construção da moradia e dessa forma, não ter que sair da Vila Operária.

Alguns destes indivíduos interessados em auferir lucros, eram pequenos comerciantes, possuíam uma relativa força econômica frente ao conjunto de moradores mais necessitados. Compraram terrenos daqueles que não podiam construir e revenderam lucrativamente. Além do recurso econômico, alguns indivíduos deste grupo insinuavam a possibilidade de uso da força, pelo fato de se relacionarem com pessoas ligadas ao mundo do crime. Segundo os relatos, após cerca de três anos de atuação no interior do bairro esse grupo se ausentou da Vila Operária. Os relatos que obtive não me permitem uma avaliação conclusiva sobre

a motivação do afastamento do grupo de comerciantes. Devo dizer que meus interlocutores não gostavam de falar mais extensamente sobre este assunto.

As representações de operários e moradores da Vila a respeito deste grupo não são homogêneas. Alguns informantes possuem uma visão negativa sobre estes indivíduos, qualificando-os como “bandidos” outros não são tão severos e ressaltam que eles nunca se colocaram “contra a luta da fábrica”. Ouvi de alguns informantes, inclusive militantes socialistas da fábrica, que tais indivíduos são “amigos” da fábrica. As percepções conflitantes a respeito deste grupo, provavelmente refletem a forma como fluem as interações sociais no contexto de uma “localidade”. Refiro – me a intensidade das interações face a face e a multiplicidade de vínculos constituídos na localidade. (Leeds, 1978). Vínculos pessoais, que podem se basear em afecções diversas, ou até mesmo no cálculo que um morador possa ter sobre a possibilidade de obter algum benefício na relação com estes indivíduos. A relativa força econômica, já referida em parte anterior deste texto nos permite construir esta hipótese.

Em alguns casos, os indivíduos do grupo de comerciantes contribuíram para o sucesso de ações coletivas, disponibilizando recursos ou cooperando para a obtenção de recursos que as sustentassem. As ações coletivas organizadas para levar reivindicações à pre-

feitura ocasionavam melhorias para a localidade e geravam valorização para os lotes da Vila Operária, fato que interessava a este grupo. É importante ressaltar que estes indivíduos se interessavam em remover obstáculos à concretização de seus propósitos econômicos. Por esse motivo, criavam obstáculos buscando impedir as práticas de democracia participativa no interior da Vila Operária. Contudo, não se opuseram a organização de ações coletivas visando melhorias para o bairro. Também não fizeram oposição a luta pela estatização da Flaskô. Os relatos e os dados obtidos na observação participante, ao contrário, sugerem que em muitos momentos eles se engajaram em mobilizações organizadas pelo conselho de fábrica.

Além disso, relatos sobre a resistência dos operários da fábrica a tentativa do Interventor nomeado para a gestão da Cipla – após a intervenção federal na Cipla em 2007 -de assumir o controle da Flaskô no ano de 2007, revelam que indivíduos do grupo de comerciantes ajudaram os trabalhadores da fábrica a impedir a entrada do interventor na fábrica. Ajudaram a mobilizar moradores da Vila Operária e de bairros próximos para “defender a ocupação da fábrica”. Este foi um momento crítico em que a ocupação poderia ser encerrada. O apoio destes homens aos operários neste instante crucial configura algo extremamente significativo para a compreensão sobre a ambivalência da

relação deste grupo com o conselho de fábrica e com o conjunto dos operários da Flaskô. Uma convivência oscilante, pendular, que encerrava momentos de tensão intercalados com momentos de cooperação. Apesar de competirem com o conselho de fábrica em relação aos princípios de estruturação da vida cotidiana no interior do bairro, - fato que instaurava uma dinâmica tensa na localidade, como se verá a frente - cooperavam com o conselho de fábrica para a organização de ações coletivas que envolviam moradores da Vila Operária. Também se engajavam em ações coletivas organizadas pelos operários com o propósito de defender a ocupação da fábrica.

Para exemplificar a ação do grupo cito o relato de uma antiga moradora sobre a venda de lotes ainda na fase inicial da Vila Operária e os conflitos gerados por esta comercialização:

É depois de estarem os terrenos todos distribuídos. Começaram as vendas do local e isso foi enfraquecendo, provocando uma insatisfação nas outras pessoas. Porque a gente deixou áreas centrais para a gente ser um bairro bem urbanizado, para não ter dificuldade de ser aprovado. Aonde se ocupou a margem do rio próximo lá, hoje o pessoal da habitação questiona que a área do rio está ocupada, mas ela

tinha sido ocupada há quatro anos, ela já tinha sido ocupada. A última rua que é bem próxima ao córrego. As pessoas ficaram insatisfeitas com um ano ai começou a mostrar aquela insegurança que começou a aparecer com a erosão do rio. Ai houve umas desavenças, uns desacordos. As assembleias davam sempre um conflito muito grande por ter um número extensivo de pessoas. Bastantes atritos foi muito difícil esse começo. Pessoas que puderam ficar nos lotes que eles achavam que eram bons, começou a ver que eles poderiam ficar com um lote melhor que tinha sido deixado para ser uma determinada área, mas depois a gente já tinha descoberto que já tinha sido vendido, que tinha sido loteado também. Esse foi o grande início das confusões da vila operário.

Através deste relato é possível observar algumas conseqüências da ação do grupo de comerciantes. A insatisfação de moradores que participaram da fase inicial da ocupação do terreno, ficando acampados em baixo de lonas e que neste momento, observavam a comercialização de lotes bem posicionados. A venda de terrenos nas margens do córrego constitui outro episódio cujas conseqüências são observadas até o momento em que escrevo este

trabalho. Estes terrenos foram loteados em uma área que se localiza na margem do Rio Tijuco Preto que passa no interior da Vila Operária. Esta área deveria permanecer desocupada com o objetivo de preservar a margem do córrego, conforme a planta de ocupação da área no projeto de urbanização. O loteamento de terrenos na margem do córrego tem efeitos negativos nas negociações que se realizam com a prefeitura buscando a regularização da ocupação no momento atual.

Os relatos que obtive indicam que a atuação do grupo de comerciantes se estendeu do início da ocupação da Vila Operária no ano de 2005 até meados de 2008. Aparentemente a partir desta data o grupo se desinteressou pelas atividades que até então desenvolviam na Vila Operária.

Para viabilizar essas ações de venda e revenda de lotes e apropriação de áreas de uso coletivo da Vila Operária, o grupo buscou ter influência sobre a associação de moradores do local. Alguns relatos trazem a informação de que ainda nos primeiros anos da ocupação as assembleias regulares deixaram de ocorrer e que um dos comerciantes se “auto - nomeou” presidente da associação de moradores da Vila Operária. Segundo um informante este grupo “ficou no poder por três anos, quando fizemos a primeira eleição em 2008”.

O esforço do grupo de comerciantes para enfraquecer os espaços de delibe-

ração coletiva correspondia ao objetivo que tinham de não permitir o fortalecimento de instituições locais baseadas em forte participação, que poderiam se constituir em obstáculos para a consecução dos propósitos do grupo.

As ações de venda ocorriam sem o conhecimento de todos e o conhecimento sobre o loteamento e venda de uma área ocorria pós -facto. As ações do grupo alteraram aspectos do projeto de urbanização. O relato também registra o descontentamento gerado em moradores da Vila Operária com as ações do grupo. É interessante perceber o que a entrevistada nomeia como “grande início das confusões na Vila Operária”. Um aspecto que caracteriza o “início das confusões” segundo a entrevistada, se relaciona com a insatisfação manifestada por alguns moradores quando perceberam que algumas áreas destinadas ao uso coletivo foram loteadas. Muitos desses moradores haviam participado do acampamento, dormindo na “lona preta” no início da ocupação e se sentiam injustiçados.

A descrição do “início das confusões” na Vila Operária parece, portanto, indicar que as práticas do grupo de comerciantes introduziram uma forte tensão nas relações entre o bairro e a fábrica, mas também nas interações sociais e no cotidiano dos moradores da Vila Operária. Utilizando recursos econômicos, que possibilitavam um conjunto de ações como a compra de lotes, a

compra de matérias de construção para revenda entre outras práticas o grupo se fortaleceu e passou a exercer influência e controle na associação de moradores local. A ação deste grupo se consolidava com a insinuação do uso da força como recurso de poder nas interações cotidianas. Assim, se consolidou no interior da Vila Operária uma “gramática”, uma estrutura de organização de práticas sociais, conflitante com a gramática política do conselho de fábrica. Este fato se constitui em um dos principais aspectos que definem a configuração de uma realidade tensa no interior da Vila Operária. Contudo, os relatos obtidos sugerem que nunca ocorreu um confronto aberto entre os dois grupos⁹. Eles coexistiram configurando uma realidade permanentemente negociada. As duas gramáticas coexistiram no interior da Vila Operária até o momento em que o grupo de comerciantes se ausentou do local no ano de 2008.

As informações nos apresentam um cenário que evidencia que o conselho de fábrica não obteve êxito em coordenar a construção da vila Operária, operando com as oposições internas no

⁹As duas gramáticas coexistiram no interior da Vila Operária até o momento em que o grupo de comerciantes se ausentou do local no ano de 2008. Cada um dos dois grupos é portador de uma “gramática”, uma estrutura de orientação das ações baseada em princípios distintos. Apesar disso, a coexistência dessas duas gramáticas na localidade da Vila Operária não determinou a irrupção de uma conflitualidade que levasse a que um grupo se ausentasse da localidade. Os dois grupos coexistiram e se “ajustaram” configurando uma realidade tensa e permanentemente negociada.

bairro, conforme pretendiam os seus membros, apesar de afirmarem que tinham consciência das dificuldades para o êxito deste objetivo.

As interações e relatos que obtive durante trabalho de campo, indicam que o desenvolvimento da Vila Operária instaurou uma dinâmica própria no Bairro, independente à fábrica. Porém, a fábrica e o bairro se mantêm ligados por ocuparem um mesmo terreno, que é propriedade da Cipla. É importante destacar, que a Vila Operária no presente momento, após a saída do grupo de comerciantes, possui uma direção eleita para a associação de moradores. O grupo de dirigentes atuais mantém relações políticas com a comissão de fábrica e desenvolve ações coletivas visando à decretação de Utilidade Pública Municipal da área da fábrica conjuntamente com a comissão de fábrica. Estes dirigentes atuais são moradores da Vila desde o início da ocupação e possuem características fortemente diferenciadas as do grupo de comerciantes. Assim como os dirigentes da comissão de fábrica, também são militantes do PT, mas de outro grupo político. Apesar de cooperarem com a comissão de fábrica da Flaskô, possuem algumas visões diferentes sobre como deve ser conduzida a luta pela regularização do bairro.

Em todos os seis anos de ocupação da Vila Operária, a associação local desenvolve ações coletivas conjuntamente com a Flaskô. Pode-se dizer que a comissão de fábrica organiza as mobilizações da Vila Operária e a representa

publicamente, o que em parte pode ser motivado pela relativa fraqueza da associação de moradores local, que até o ano de 2008 foi controlada pelo grupo de comerciantes, que conforme demonstrado anteriormente, procurou enfraquecer o associativismo local.

Esta constatação, não obscurece o fato de que apesar de todas as mudanças ocorridas no bairro, como alterações na composição social dos moradores, intrigas contra o conselho de fábrica, desacordos, conflitos, este continuou sendo capaz de influenciar uma parte significativa dos moradores. Isso provavelmente se deve a legitimidade alcançada pelo fato de ter organizado e participado de todas as ações coletivas da Vila Operária, que na maior parte das vezes ocorrem conjuntamente com os operários da fábrica.

A INCLUSÃO DA LUTA POR MORADIA NO REPERTÓRIO CONTENCIOSO DO CONSELHO DE FÁBRICA: A articulação da luta em defesa dos postos de trabalho com a luta pela regularização do bairro:

Durante os anos de 2010 e 2011 ocorreu um crescimento das ações coletivas que buscam melhorias para a Vila Operária, como será demonstrado adiante. A observação sobre esse processo indica que as tensões na relação entre a fábrica e a localidade, que em parte se originam na atuação do grupo

de comerciantes, não impediram que a partir do ano de 2010 operários da Flaskô e moradores da Vila Operária se unissem em ações coletivas que buscavam melhorias para a localidade e a decretação da Utilidade Pública Municipal de toda a área da fábrica. A descrição sobre este processo tem o propósito de demonstrar como o surgimento e crescimento do bairro influenciou em modificações na forma como o conselho de fábrica organiza a mobilização política visando à manutenção do funcionamento da fábrica.

A campanha pela decretação de Interesse Social de toda a área da fábrica se desenvolve através de passeatas, atos políticos no centro de Sumaré, intervenções na tribuna livre da Câmara Municipal de Sumaré etc.

Como sabemos, a Vila Operária e a fábrica estão situadas em um mesmo terreno, que é propriedade da Cipla. Os operários justificam a campanha alegando a responsabilidade da prefeitura com a manutenção dos postos de trabalho, das moradias da Vila Operária e das atividades culturais e esportivas da Fábrica de Esporte e Cultura. Afirmam que a Vila Operária, assim como a Fábrica de Esportes e Cultura são produtos da ocupação da fábrica pelos trabalhadores e que em caso de fechamento da fábrica, seria questão de tempo, um pedido de reintegração de posse e a conseqüente remoção dos moradores da Vila Operária. A Campanha pela

decretação da Utilidade Pública Municipal de toda a área da fábrica expressa a compreensão da comissão de fábrica de que a ocupação da Flaskô transformou toda a área da fábrica. O que antes era uma fábrica abandonada com galpões destruídos e com um terreno que só servia para a “desova de cadáveres” transformou-se completamente, servindo hoje para usos sociais, como moradia e cultura. Por isso, compreendem que a prefeitura deve se responsabilizar pela garantia jurídica da manutenção dessa área com seus usos sociais que se configuram como o exercício de direitos sociais fundamentados garantidos em várias normas legais e inclusive na Constituição Federal. Além disso, afirmam que a defesa dos postos de trabalho da fábrica também é uma obrigação da prefeitura.

Ao desenvolver atividades culturais e esportivas no interior do território da fábrica, esta se tornou uma “fábrica aberta” que transforma o uso das suas instalações, que durante a gestão patronal eram utilizadas unicamente para a produção ou especulação.

O site das fábricas ocupadas, mantido por operários da Flaskô se constitui em importante fonte de informações sobre as mobilizações realizadas pelos trabalhadores da fábrica. Este site inaugurado no início do ano de 2010 é alimentado por posts colocados frequentemente (várias vezes por semana) no site. No site se

encontram matérias produzidas pela fábrica sobre as mobilizações da Vila Operária. A quantidade de matérias sobre a Vila Operária sugere o crescimento da mobilização social no bairro entre os anos de 2010 e 2011. A sistematização dos fatos coligidos através de observação participante, entrevistas e análise de materiais impressos, produzidos pela fábrica, especialmente as edições do ‘jornal Atenção’, sugerem que entre os anos de 2010 e 2011 a questão da moradia passou a receber maior espaço nos meios de comunicação da fábrica.

Além da luta da Flaskô e da Vila Operária, nesse conjunto de documentos se encontram matérias sobre a luta por moradia na região de toda a grande São Paulo, mas principalmente na região de Campinas, Sumaré, Hortolândia. Encontram-se matérias sobre atividades do MTST e também sobre a criminalização de dirigentes desse movimento social. Este fato sugere que a questão da luta por moradia ganhou vulto na comunicação da fábrica através da Internet e nos documentos impressos.

Além da editoria sobre a questão da moradia, os meios de comunicação da fábrica passam a veicular mais matérias sobre atividades culturais e esportivas desenvolvidas pela Fábrica de Esporte e Cultura que surge no ano de 2009. Este é o período em que se consolida a transição em que a fábrica deixa de dar ênfase

apenas ao conflito entre os interesses de patrões e operários e passa a tratar este tema conjuntamente com outros temas, relativos à “problemática urbana”.

Em 2010 já haviam passado 5 anos da ocupação da Vila Operária. A “questão da moradia”, através da luta pela invasão e ocupação de terrenos ociosos já havia se tornado um aspecto do repertório de lutas da fábrica, pois além da Vila Operária, como já dissemos, a Flaskô já havia, através da sua relação com o MTST, ajudado a organizar em Sumaré a Ocupação Zumbi dos Palmares no ano de 2008. A consolidação da Fábrica de Esportes e Cultura, a partir da cessão de um galpão da Fábrica para a Associação DIB de Esportes, era produto do amadurecimento de um relacionamento de 3 anos com esta associação e de uma prática de desenvolvimento de atividades culturais na fábrica desde o início da ocupação.

Depois de 7 caravanas a Brasília realizadas pelo MFO, audiência Pública na Câmara Federal e inúmeras audiências com autoridades de Brasília, já se tornava evidente para os trabalhadores da Flaskô que o governo federal não atenderia o pleito pela estatização da fábrica.

Esta contextualização é necessária para a compreensão do papel que a existência da Vila Operária jogou na própria evolução da ocupação da fábrica e nas formas da fábrica ocupada realizar as suas reivindicações

A LUTA PELA DECRETAÇÃO DA UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL: A estruturação das ações coletivas e as conquistas obtidas

Em 2010 quando começaram a se desenvolver ações coletivas pela decretação da Utilidade Pública Municipal, após 5 anos de ocupação, o bairro ainda carecia de infra - estrutura. Possuía uma rede de água potável semi - improvisada. Esta “rede” era produto de ligações clandestinas feitas em pontos de água comunitários, que a prefeitura instalou no local, através de muita pressão dos moradores e da fábrica. Apesar disso, muitos moradores ainda possuíam poços artesianos, talvez pelo fato de que o racionamento e a dificuldade de acesso à água ainda eram constantes. Havia energia elétrica nas casas, fruto de negociações com a concessionária de energia local (CPFL), que fez a instalação ainda no primeiro ano da ocupação, mas ainda não havia iluminação pública nas ruas. Também não existia rede de esgotamento sanitário e de águas pluviais e asfaltamento. Os moradores continuavam temendo fortemente a possibilidade de uma remoção, tendo em vista que o Interventor da Cipla, que é proprietário do terreno onde se encontram a Vila Operária e a fábrica, tem nomeado o terreno para ir a Leilão em processos ajuizados por credores da Cipla, conforme me relatou o advogado da fábrica, Alexandre Mandl.

Diante deste quadro a associação de moradores local se engajou na campanha pela decretação da Utilidade Pública Mu-

nicipal proposta pelo conselho de fábrica. No dia 10/02/2011 o conselho de fábrica com o apoio da associação de moradores da Vila Operária conseguiu organizar um ato com cerca de 300 pessoas no centro de Sumaré. Partiu da fábrica um ônibus cheio de moradores da Vila Operária para participarem do ato. Esta atividade teve repercussão na imprensa local e ao final do ato formaram uma comissão mista de operários da fábrica e moradores da Vila que foi recebida por secretários de governo da prefeitura municipal. A ata da reunião registra o compromisso da prefeitura em seguir o diálogo sobre a viabilidade da decretação da Utilidade Pública Municipal. A prefeitura se comprometeu ainda em avaliar em caráter de urgência as reivindicações de água e esgoto para Vila Operária.

Em junho de 2010 um projeto de autoria do Departamento de Água e Esgoto (DAE) da prefeitura de Sumaré é aprovado na Câmara Municipal de vereadores. Este projeto determina que o DAE deve fornecer água em toda ocupação para moradia que ocorra em Sumaré mesmo que esta ocupação não esteja regularizada. Alexandre Mandl, considera que a aprovação deste projeto de lei foi em certa medida consequência da luta da Flaskô e da Vila Operária. Acredita que a aprovação do projeto foi acelerada pelo início da campanha pela Utilidade Pública Municipal. Segundo Alexandre, logo que ocorreu a ocupação da área da Vila Operária em 2005, os trabalhadores

da fábrica deram entrada em um processo no Ministério Público (M P) visando garantir os interesses dos moradores. Desde então, o MP exerce pressão sobre a prefeitura. Alexandre acredita que a pressão do MP somada a campanha pela decretação de Utilidade Pública fizeram com que a prefeitura aceitasse a aprovação deste projeto de lei.

A comissão de fábrica aproveitou a aprovação do projeto de lei da DAE para exercer pressão sobre a prefeitura exigindo a instalação da rede de água na Vila Operária. Durante todo o ano de 2010 exerceu pressão através de matérias veiculadas no Jornal Atenção e de atos públicos. Na edição de outubro de 2010 veicula uma matéria com o seguinte título: “Prefeito abandona a Vila Operária”, denunciando que apesar da aprovação da lei em junho o prefeito ainda não havia instalado a água na Vila Operária. No dia 16/11/2010 realizam outro ato na frente da prefeitura exigindo o cumprimento das reivindicações com ênfase na instalação de rede de água e esgoto na Vila Operária. Esta mobilização era continuidade da luta pela decretação da Utilidade Pública Municipal. Neste ato a comissão de fábrica contou com o apoio do MST, MTST, estudantes da UNICAMP, sindicato dos químicos e vidreiros de São Paulo e metalúrgicos de Jacaré.

No início de 2011 a comissão de fábrica continuou pressionando a prefeitura com audiências, mobilizações e com publicações no Jornal Atenção de maté-

rias exigindo melhorias para o bairro.

No dia 31 de março de 2011 como produto das mobilizações da campanha pela Utilidade Pública Municipal, ocorreu uma audiência Pública na Câmara Municipal de Sumaré. A convocação da audiência pública foi apoiada pelos vereadores Niraldo Siqueira (PcdoB) e Geraldo Medeiros (PT). Estes vereadores conforme relatos de operários da fábrica sempre apoiaram a luta da Flaskô. Niraldo Siqueira foi operário da Flaskô antes da ocupação da fábrica, no período da gestão patronal. O prefeito de Sumaré não esteve presente na audiência Pública, mas se fez representar pelo seu chefe de gabinete, Sr. Paulo Zeirack. A prefeitura também foi representada pelo Secretário Municipal de habitação Sr. Luiz Eduardo e pelo presidente do DAE (Departamento de Água e Esgoto). Além dos dois vereadores apoiadores da luta da fábrica, estiveram presentes outros dois: José Tavares Siqueira (PPS) e Toninho da Farmácia (PSDB).

A comissão de fábrica conjuntamente com a associação de moradores conseguiu mobilizar cerca de 150 pessoas para a audiência pública. Além de moradores da Vila, operários e familiares, estiveram presentes os apoiadores do MST e do MTST. A Comissão de fábrica conseguiu ainda trazer Roberto Simões, membro do Diretório Nacional do PT, que é solidário a luta da fábrica. Além de Roberto Simões estiveram presentes o vereador Roque do

PT de Bauru/ SP e o vereador Adílson Mariano do PT de Joinville/SC.

As informações citadas acima cumprem o objetivo de demonstrar o desenvolvimento da campanha pela Declaração de Interesse social, no período compreendido, entre janeiro de 2010, data do lançamento da campanha e março de 2011, quando ocorre a Audiência Pública na Câmara Municipal. Neste período ocorreram várias reuniões com autoridades municipais. A comissão de fábrica organizou um seminário que ocorreu na fábrica sobre a regularização da Vila Operária, dois atos públicos no centro de Sumaré e a Audiência Pública na Câmara Municipal.

No dia 5 de abril de 2011, menos de uma semana após a realização da Audiência Pública a prefeitura inicia as obras para a instalação da rede de abastecimento de água na Vila Operária. Este dado sugere a importância da campanha pela Declaração de Interesse Social para a obtenção de melhorias na Vila Operária, quando se observa que esta conquista ocorre pouco após se completar um ano do lançamento da campanha pela decretação da Utilidade Pública Municipal. Desde 2005 a Vila Operária dependeu da fábrica para o seu abastecimento de água.

No dia 12 de junho de 2011 os trabalhadores levaram a luta pela Declaração de Interesse Social da Fábrica para Brasília, onde ocorreu uma Audiência Pública no Senado Federal para discutir a situa-

ção da Flaskô. Esta foi a terceira Audiência Pública realizada em uma casa legislativa para discutir a situação da Flaskô. A primeira Audiência Pública ocorreu em junho de 2009 na Câmara federal em Brasília, convocada pelo Deputado Federal Fernando Nascimento (PT/PE). A segunda na Câmara Municipal de Sumaré, conforme citado anteriormente. Esta última Audiência Pública no Senado Federal foi convocada pelo Senador Eduardo Suplicy (PT/SP), que sempre ofertou apoio às lutas da Flaskô, e pelo Senador Paulo Paim (PT/DF).

Conforme demonstrado através da descrição das principais atividades da Campanha pela Declaração de Interesse Social de toda a área da fábrica a partir do ano de 2010, a influência dos 'fenômenos urbanos' e a respostas criativas dos trabalhadores frente às situações contingentes que envolvem o cotidiano da fábrica, determinaram o surgimento de uma dinâmica através da qual os operários criaram inovações no repertório contencioso que herdaram do Movimento das Fábricas Ocupadas. A partir do ano de 2010 a luta em defesa dos postos de trabalho se tornou indissociável da luta por moradia e pelo direito ao acesso da população do entorno às atividades esportivas e culturais desenvolvidas no interior da fábrica.

Para evitar o isolamento causado pela intervenção federal na Cipla no ano de 2007, os operários da Flaskô desenvolveram novas alianças com

movimentos sociais urbanos como o MTST e definiram novos meios contenciosos para a mobilização em defesa do funcionamento da fábrica. Além de denunciar a injustiça sofrida pelos operários, que vivenciam uma situação de precariedade desde que decidiram ocupar a fábrica para manter seus postos de trabalho, o conselho de fábrica passou a associar a luta em defesa dos postos de trabalho com a intervenção nos conflitos urbanos de Sumaré. Lutando pela regularização da Vila Operária e Popular e apoiando as ocupações do MST, o conselho de fábrica agregou outras ‘fontes de indignação’ à luta política da Flaskô, que antes se restringia a denúncia da situação econômica dos operários. Associando a luta dos operários com a luta pela moradia da população carente da periferia de Sumaré, o conselho de fábrica propôs a mobilização pela decretação de Utilidade Pública Municipal de toda a área da fábrica.

CONCLUSÃO

Este trabalho abordou algumas dimensões da resistência dos operários de uma ‘fábrica recuperada’, localizada no interior de São Paulo. Já se passou muito tempo desde que, em junho de 2003, os operários realizaram a ocupação da fábrica e assumiram a gestão da produção.

Realizamos a observação sobre o processo de transformações no repertório contencioso mobilizado, que sustenta a resistência dos operários.

Antes de tudo, é importante notar que as ações coletivas desenvolvidas pelos operários da Flaskô se desenrolam em diversas escalas espaciais. Nas fases iniciais da ocupação, o conselho de fábrica participou conjuntamente com o MFO, de redes transnacionais de movimentos de recuperação de fábricas, tendo a região Latinoamericana como referência. O MFO organizou conjuntamente com o MNER da Argentina e com a FRETECO da Venezuela I. e II. Encontros Latinoamericanos de fábricas recuperadas.

A fábrica também participou, entre os anos de 2003 e 2007 de diversas marchas à Brasília exigindo a estatização das fábricas ocupadas brasileiras.

A partir do ano de 2010, ocorre uma “territorialização” da luta política da fábrica, que se manifesta através do envolvimento com lutas urbanas na cidade de Sumaré e campanhas reivindicativas dirigidas à prefeitura municipal.

É importante considerar, como, no contexto da globalização econômica, a influência das diversas escalas espaciais, dos “lugares”, é decisiva para a análise de movimentos sociais que desenvolvem ações coletivas dotadas de radicalidade, desenvolvendo um contraponto ao desenvolvimento abstrato da modernidade capitalista.

Como afirmamos, a relação com a ‘problemática urbana’ da periferia da cidade de Sumaré, levou o conselho de fábrica da Flaskô a desenvolver uma “prática urbana”.

Ao acolher no interior da fábrica as carências materiais e subjetivas da população pobre do meio ecológico no qual a fábrica está inserida, ocorreu a transformação da própria organização física do território da fábrica. Esse processo foi descrito, através da formação da Vila Operária em 2005 e da Fábrica de Esportes e Cultura em 2010.

A construção da Vila Operária a partir do ano de 2005, inaugurou a participação do conselho de fábrica em lutas urbanas, decorrentes daquilo que David Harvey nomeia como “acumulação por despossessão” (Harvey, 2013).

O presente trabalho se dedicou especificamente a demonstrar através de pesquisa etnográfica e historiográfica, a relação entre a fábrica e a Vila Operária e Popular e sobre como o surgimento desse bairro no território da fábrica influenciou para as transformações na estratégia argumentativa e no repertório contencioso utilizado pelo conselho de fábrica. Apresentamos alguns aspectos da memória coletiva dos operários sobre o surgimento e desenvolvimento do bairro e o envolvimento do conselho de fábrica com as lutas pela regularização do bairro.

Com a campanha pela decretação da Utilidade Pública de toda a área da fábrica, dirigida à prefeitura de Sumaré, se evidencia a “territorialização” da luta política da Faskô. Ocorre um processo em que a luta operária, pelo direito ao trabalho, originada a partir de um conflito localizado na esfera da produção fabril

se torna indissociável da luta pelo direito à cidade, de um coletivo mais amplo que o grupo operário, que também se beneficia da ocupação da fábrica. Tais transformações nos usos da fábrica e no próprio caráter do confronto político estruturado pelo conselho de fábrica ocorre de forma impremeditada. São consequências inesperadas da ação coletiva destes operários. Dessa forma, mesmo que seja “sem saber”, desenvolvem uma ‘estratégia urbana’. A estratégia urbana consiste em “arrancar a prática social à prática industrial para orientá-la em direção à prática urbana”. (Lefebvre, 2008, pp.76).

BIBLIOGRAFIA

BOLTANSKI, Luc. 2009 “O Novo Espírito do Capitalismo” – São Paulo: Editora Martins fontes.

BOLTANSKI, Luc. 2000. “El amor y la justicia como competencias”: tres ensayos de sociología de la acción. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

CORMENANZA, Pablo. 2009. “La Batalla de Inveval” la lucha por el control obrero em Venezuela. Madri: Fundación Federico Engels.

GOULART, Serge. “A luta da Cipla e da Interfibra” fpmarx.blogspot.com.

GOTTDIENER, Mark. 2000. – “A Produção Social do Espaço Urbano”. São Paulo: Edusp.

HARVEY, David. 2013. – “Ciudades Rebeldes”: Del derecho de la ciudad a revolución a la revolución urbana. Madrid: Ediciones Akal.

- “Condição Pós – Moderna”. 1992. São Paulo: Edições Loyola.

LEEDS, Anthony 1978. “A Sociologia do Brasil Urbano”. Rio de Janeiro: Zahar.

LEFEBVRE, Henri. 1968. “A Irupção” – A Revolta dos Jovens na Sociedade Industrial : Causas e efeitos. São Paulo: Editora Fatos e Documentos.

- “O Direito a Cidade” . 2008. Centauro Editora.

- “A Revolução Urbana”. 2008. Minas Gerais: Editora UFMG.

NASCIMENTO, Janaína Quitério. 2004. “Fábrica Quebrada é fábrica Ocupada e Fábrica Ocupada é Fábrica Estatizada” A luta dos trabalhadores da Cipla e Interfibra para salvar 1000 empregos. São Paulo.

TARROW, Sidney. 1999. “O Poder em Movimento”: Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes Editora.

TILLY, Charles. 1978. “From Mobilization to Revolution”. New York: Random House.

RASLAN, Felipe. “Resistindo com classe”: O Caso da Ocupação da Flaskô. – Dissertação de Mestrado. IFCH- Unicamp, Campinas, 2007.

VERAGO, Joseane 2012. “Fábricas Ocupadas e Controle Operário”: Brasil e Argentina. Sumaré: Editora do Cemop.

Paulo Roberto de Andrade Castro

Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ (2012). Mestrado em Sociologia e Direito pela UFF (2006).